

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES
2014



Maputo, Março 2015

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente documento, enquadra-se no processo de implementação da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva em Moçambique, assente no Novo Padrão da ITIE, Critério 7.2.¹, convista a reportar as actividades realizadas pelo Comité de Coordenação da ITIE Moçambique no ano de 2014.

Para a concretização do plasmado no Plano de Actividades para o período 2013 - 2015, que definiu como objectivo primário, *promover e reforçar a boa governação através da transparência, prestação de contas, participação e exploração sustentável dos recursos extractivos, comunicando de forma, eficiente e eficaz os resultados, os benefícios e impacto da implementação da ITIE em Moçambique, fundamentalmente, disseminando sistematicamente os Relatórios da ITIE*, o Comité de Coordenação realizou em 2014 diversas actividades assentes em três pilares de intervenção, a saber: : i) implementação e sustentabilidade da Iniciativa; ii) capacitação, partilha e disseminação de informação; e iii) produção de relatórios.

2. METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, o presente documento foi produzido com base na análise das actividades programadas para cada um dos pilares acima referidos no ano de 2014 e verificação do cumprimento ou não das actividades em causa. Os suportes usados para a preparação deste documento foram: 1) as actas das reuniões, 2) os relatórios dos seminários e formações; 3) suportes de materiais de comunicação produzidos tais como: artigos em jornais, brochuras dos relatórios, folhetos, cartazes, acessos e comentários à página de internet e ao facebook da iniciativa, entre outros documentos e materiais produzidos.

¹ O grupo composto pelas diversas partes envolvidas deve publicar relatórios de actividades anuais. A finalidade do relatório de actividades anuais é comunicar os esforços realizados para satisfazer e/ou manter a conformidade com os Requisitos da ITIE, incluindo o progresso no alcance dos objectivos definidos no plano de trabalho.

3. APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES 2014

Esta secção vai dedicar-se a análise pormenorizada de cada uma das actividades programadas para os três pilares, verificação da cumprimento das metas estabelecidas e os principais constrangimentos. De um modo geral, o cumprimento das actividades para 2014 é satisfatório, situando-se na cifra dos 76% do planificado, uma vez que as acções inscritas no referido plano de actividades foram maioritariamente concluídas e as outras que não foram concluídas e/ou realizadas, são devidamente justificadas, sendo que um dos maiores constrangimentos para o não cumprimento foram os atrasos de financiamento e/ou ajuste do período para realização das mesmas. Todavia, as mesmas poderão ser concluídas em 2015, uma vez que as actividades aqui descritas referem-se a uma parte do período do plano, o qual estende-se até 2015.

3.1 . Pilar 1: IMPLEMENTAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA ITIEM

Em seguida, fazemos a análise destas realizações de forma mais detalhada.

- 3.1.1. Divulgação do plano de trabalho a todos níveis e impressão de brochuras** – em 2014, deu-se continuidade da divulgação do Plano de Trabalho 2013 -2014, quer através das brochuras produzidas, com exposições informativas sobre a iniciativa incluindo o detalhe das actividades do plano de trabalho e respectivos orçamentos ou através dos meios electrónicos: página de Internet da ITIE e Facebook.. Foram produzidas 1000 brochuras, sendo 500 em língua portuguesa e as restantes em língua inglesa. Estas brochuras foram distribuídas seguindo uma lista produzida para o efeito que incluiu desde os ministérios e agências do Governo relevantes no processo da ITIE, embaixadas baseadas em Maputo, instituições de ensino, empresas do sector extractivo, organizações da sociedade civil, fundações até ao cidadão comum. Como consequência da massificação do documento várias pessoas puderam obter conhecimentos gerais sobre a ITIE.

Figura 1 –Brochura do Plano de Trabalho 2013 -2015



3.1.2. Realização de encontros regulares do comité de coordenação – Foram realizados no ano 2014 quatro encontros ordinários e nenhum extraordinários. Os termos de referência² do comité de coordenação referem a realização de quatro reuniões ordinárias. A tabela abaixo retrata a participação dos membros do comité de coordenação nos encontros marcados para discutir assuntos relacionados com a implementação da ITIE em Moçambique.

Tabela 1 – Participações nas reuniões do Comité de Coordenação de 2014

Nr.	Data	Participação dos membros					Secretariado	Convidados	Total de participantes
		Presidente	Governo	Empresas	Sociedade Civil	Observadores			
Reunião 1	06.03.14	1	4	2	3	0	2	6	18
Reunião 2	11.07.14	0	4	2	2	0	2	1	11
Reunião 3	05.08.14	0	4	3	3	0	2	5	16
Reunião 4	08.12.14	1	3	7	4	1	3	5	24

Do ponto de vista de participação dos membros do comité de coordenação nos encontros, nota-se uma participação média de 10 a 11 pessoas por encontro, ou seja, cerca de 85% de média de presenças nos encontros realizados no período. Em todos os encontros mantidos verificou-se o quorum mínimo necessário para validar as deliberações ou aprovações.

² Actualizados aos 11 de Julho de 2014

Reunião 1

Estiveram presentes na reunião, os senhores: Abdul Razak (Presidente do Comité de Coordenação), Benjamim Chilenge, Luís Mahoque, Finório Castigo, Isabel Sumar, Gil Manuel, Mário Deus, Borges Nhamire (representante da Fátima Mimbire), Ângelo Chipanga, Julião Chique (membros do Comité de Coordenação), Milagre Langa, Alice Tibana (Secretariado ITIEM;) e como convidados Jorge Mondlane, Valério Bié, Ineida Valgy (Intellica), Pedro Silva (GIZ) e Humberto Alage (AT).

Realizou-se nos escritórios da ITIEM, com a seguinte agenda:

1. Aprovação da Acta da Sessão anterior;
2. Apresentação e aprovação do 4º Relatório versão preliminar;
3. Apresentação e aprovação dos TOR do 5º Relatório;
4. Discussão e actualização dos Termos de Referência do Comité de Coordenação;
- e
5. Diversos (workshop Dar Es Sallam e disseminação ITIE)

O 4º relatório foi aprovado pelo Comité de Coordenação com emendas sugeridas por aquele coletivo, nesta reunião. O Comité de Coordenação aprovou também os termos de referência para a contratação do Administrador do 5º Relatório da ITIE e decidiu que a produção daquele relatório deveria iniciar de imediato de modo a evitar a publicação do mesmo documento fora do prazo limite (31 de Dezembro de 2014). Também foi recomendado ao secretariado para apresentar uma proposta dos termos de referência do Comité de Coordenação. O encontro terminou após a apresentação dos pontos diversos, onde se destacou o ponto sobre a participação dos membros do Comité de Coordenação e do Secretariado (Ângelo Nhalidede, Fátima Mimbire e Hélder Sindique) uma capacitação de 5 dias (3 a 7 de Março de 2014) promovida pelo Secretariado Internacional, em Dar Es Salam, sobre o novo Padrão da ITIE e outros aspetos relacionados com a implementação da ITIE tendo em conta a entrada em vigor daquelas novas regras.

Reunião 2

Estiveram presentes na reunião, os senhores: Benjamim Chilenge, Luís Mahoque, Finório Castigo, Isabel Sumar, Januário Mucavele, Hélder Ossemane, Camilo Nhancale, Fátima Mimbire, - (membros do Comité de Coordenação), Milagre Langa, Alice Tibana (Secretariado ITIEM;) e Inocência Mapiisse convidada do Ministério das Finanças.

A reunião do comité de Coordenação seguiu a seguinte agenda:

1. Discussão e aprovação da Acta da Sessão anterior;

2. Discussão e aprovação dos Termos de Referência do Comité de Coordenação;
3. Discussão e aprovação do Relatório Anual de Actividades da ITIE – Ano 2013;
4. Diversos
 - a. 5º Relatório da ITIE
 - b. Visitas de Estudo
 - c. Disseminação do 4º Relatório
 - d. Novo Coordenador da ITIE

Neste encontro foi feita a apresentação/leitura página por página da proposta final dos Termos de Referência (TORs) que incorporavam as contribuições dos membros do Comité apresentadas por via de emails. Após as discussões havidas, os TORs foram aprovados com a recomendação de ser feita uma última revisão linguística. Foi também sugerida a actualização dos membros do Comité de Coordenação, como sendo o envio de cartas a pedir a confirmação ou substituição dos actuais membros do comité para todas as partes representadas neste comité (Governo, Empresas e Sociedade Civil).

O draft do relatório de actividades do ano de 2013, foi apresentado neste encontro: Aquele foi produzido através de uma consultoria individual contratada para o efeito. Porque as normas da ITIE encorajam a contratação de pessoa externa, mas que ainda não havia clareza sobre este ponto e que em termos práticos alguns Países implementadores optaram pela contratação e outros não. O Comité de Coordenação recordou a boa experiência dos retiros realizados pelo comité para a elaboração de estratégias e documentos e sugeriu a aplicação da mesma prática para este tipo de relatórios que de certo modo permite a contenção de custos.

Foi aprovado, ainda no encontro, o Administrador do 5º Relatório da ITIE. O Secretariado foi incumbido de acompanhar de perto o processo de produção deste relatório de modo a evitar ou prever com antecedência possíveis falhas do consultor e acima de tudo, o cumprimento de prazos acordados.

Reunião 3

Estiveram presentes na reunião, os senhores: Custódio Nguetana, Benjamim Chilenge, Finório Castigo, Ângelo Nalidede, Januário Mucavele, Hélder Ossemane, Innocent Jam (em representação da Câmara de Minas) Camilo Nhancale, Fátima Mimbire, Mário Deus (membros do Comité de Coordenação), Milagre Langa, Hélder Sindique (Secretariado ITIEM;) e como convidados Inocência Mapisse (Ministério das Finanças), Humberto Alage (Direcção Geral de Impostos) Jorge Mondlane e Valério Bié (Intellica) e Peter Wolf (GIZ).

Nesta reunião Senhor Benjamim Chilenge anunciou o seu afastamento como Coordenador Nacional da ITIE e ao mesmo tempo anunciou o novo Coordenador, como sendo Custódio Nguetana, indicado por sua excia Ministra dos Recursos Minerais e Presidente da ITIE em Moçambique.

Os participantes referiram, na apresentação do relatório preliminar, que o novo padrão recomendava igualmente a apresentação de informação sobre a alocação das receitas geradas pelo sector e a a apresentação dos detentores das licenças mineiras. Neste ponto, foi de consenso sendo que, e por forma, a que documento final não seja muito volumoso, seria prudente a indicação de links com portais de internet e com outros suportes de instituições como Ministério das Finanças, dos Recursos Minerais e outros onde a informação se encontrava disponível.

Foi aprovada por unanimidade o Relatório de Actividades da ITIE, pois o documento incorporava já todos os comentários e acréscimos dos membros recomendados na reunião de onze de Julho do ano corrente. E, sobre a contratação de um consultor independente para produzir este relatório, o comité recomendou que os próximos relatórios sejam produzidos pelo secretariado, de modo a permitir a contenção de custos e maior flexibilidade no trabalho.

Reunião 4

Estiveram presentes na reunião, os senhores: Esperança Bias (Presidente do Comité de Coordenação), Fausto Mafambissa, Inocência Mapiisse, Vilela de Sousa, Vânia Moreira, Maria Hunguana, Katia Buzi, Geert Klok, Hilénio Truzão, Xiluva Matavele e Eurico de Azevedo, Camilo Nhancale, Fátima Mimbire, Alda Salomão e Milissão Nuvunga, Eduardo Constantino (membros do Comité de Coordenação), Milagre Langa, Alice Tibana e Hélder Sindique (Secretariado ITIEM;) e como convidados Jorge Mondlane, Noraly Nhantumbo e Valério Bie (consultores da Intellica), Regina Cruz (IUCN) e Pedro Silva (GIZ).

Na sala de reuniões do Ministério dos Recursos Minerais, com a presença da Presidente do Comité de Coordenação, a Intellica - empresa que produziu o quinto relatório ITIE, fez a apresentação da versão preliminar do quinto relatório. Após a auscultação dos comentários e questionários dos membros do Comité de Coordenação presentes na reunião a senhora Ministra sugeriu que houvesse mais uma ronda de comentários ao documento, tendo sido proposto a data de 22 de Dezembro para envio de comentários adicionais e a data de 23 de Dezembro para a Intellica enviar ao secretariado a versão harmonizada e, caso não houvesse mais qualquer alteração ou comentário adicional, se considerava o documento como final e aprovado. E assim sendo, o relatório podia ser publicado na página de internet da ITIEM no dia 29 de Dezembro de 2014. Esta ideia foi acolhida pelos membros ali presentes. Ainda no encontro o Secretariado

informou aos presentes que o secretariado já havia elaborado a proposta de termos de referência para o 6º Relatório e, como já havia sido concordado pelo comité, o mesmo iria incorporar informação dos exercícios de 2013 e 2014, facto que foi concordado e que os membros do comité deveriam enviar os seus comentários sobre aquela proposta até ao dia 23 de Dezembro de 2014.

3.1.3. Monitoria e avaliação das actividades da iniciativa – Para além das actividades de monitoria garantida através das sessões do Comité de Coordenação que avalia o grau do cumprimento das mesmas actividades, existe o controlo financeiro trimestral das contas da ITIE, que é elaborado pelo Contabilista da ITIE e revisto pelo Secretário Executivo antes do envio para a aprovação pelo sector de análise financeira domiciliado no Banco Mundial. Igualmente é feita a reconciliação de pagamentos com base nas requisições emitidas e autorizadas pela coordenação da ITIE e as ordens de pagamentos emitidas pelo Departamento de Administração e Finanças do Ministério dos Recursos Minerais.

3.1.4. Funcionamento do secretariado

- **Provisionamento de condições de trabalho para o funcionamento do secretariado e do comité de coordenação** – O funcionamento do Secretariado é garantido através da alocação de fundos do orçamento do Estado, por via do orçamento de investimento do Ministério dos Recursos Minerais e definido por este, para o ano de 2014 o valor ascendeu a 2.650.000,00 MT (dois milhões e seiscientos e cinquenta mil meticais), e também do Fundo Comum de parceiros de cooperação que é gerido pelo Banco Mundial na cifra dos USD 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil dólares americanos). Importa referir que o Secretariado da ITIE partilha instalações com o projecto de Assistência Técnica para Gás e Minas (MAGTAP), que custeia grande parte das despesas de manutenção dos escritórios, a saber: Salário do motorista, arrendamento dos escritórios, manutenção e reparação dos escritórios e de meios circulantes, água e luz, material de escritório e outros consumíveis, comunicações e combustível entre outras despesas.

- Pessoal de Apoio – Com o crescimento das actividades da ITIE, o Secretariado tem-se ressentido da falta de pessoal de apoio, tendo proposto ao Comité de Coordenação, a contratação de um Assistente Administrativo cuja contratação será garantida pelos fundos do Banco Mundial através do projecto MAGTAP

Todas as actividades programadas para este pilar foram cumpridas, contudo é de referenciar que parte delas é de carácter permanente. O detalhe apresenta se na tabela 2 abaixo:

Actividades		Responsável pela Implementação	Cronograma	Orçamento (USD)	Grau de Realização
Pilar 1: Implementação e Sustentabilidade da ITIEM					
Objectivo 1.1 Garantir a Implementação Contínua da ITIE através de um Plano de Trabalho com as actividades e orçamento garantido					
1.1.a	Elaborar e aprovar o plano de trabalho 2013 - 2015 e o respectivo orçamento	CC	Agosto 2013	0	100% Realizado
1.1.b	Divulgar o plano de trabalho a todos níveis e impressão de brochuras	SEC/GIZ	Fevereiro 2014	4.000	100% Realizado
1.1.c	Identificar e mobilizar novas fontes de financiamento	GOV, CC e SEC	Setembro 2013	0	100% Realizado
1.1.d	Garantir o funcionamento do secretariado da ITIEM	CC, Sec	Permanente	0	100% Realizado
1.1.e	Fazer a monitoria e avaliação da iniciativa		Permanente	0	100% Realizado
1.1.f	Garantir a realização de encontros regulares do comité de coordenação	SEC	Permanente	0	100% Realizado
Objectivo 1.2 Garantir a Sustentabilidade da Iniciativa e condições para funcionamento do Secretariado e Comité de Coordenação					
1.2.a	Salários	SEC	Permanente	283.400	100% Realizado
1.2.b	Manutenção de escritório (bens e consumíveis)	SEC	Permanente	25.000	100% Realizado
1.2.c	Comunicações	SEC	Permanente	24.000	100% Realizado
1.2.d	Seguros	SEC	Permanente	8.000	100% Realizado
1.2.e	Combustível e Lubrificantes	SEC	Permanente	28.800	100% Realizado
Sub total 1				373.200	100%

3.2. Pilar 2: CAPACITAÇÃO, PARTILHA E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO DA ITIEM

O Comité de Coordenação definiu três actividades principais neste pilar:

- I. Capacitar a Sociedade Civil e outros intervenientes na leitura e interpretação de informação dos Relatórios ITIE;
- II. Melhorar o conhecimento sobre o processo ITIE aos diversos intervenientes (disseminação); e
- III. Produzir programas e material de divulgação para aumentar a consciência sobre a ITIE (suportes de comunicação).

Como consequência das limitações financeiras nem todas as actividades programadas para este pilar foram realizadas, tendo algumas sido recalendarizadas para 2015. Destacamos as actividades realizadas: treinamento de 20 formadores para replicar a ITIEM nas zonas mineiras e pelo País; *workshops* regionais com sociedade civil, académicos, instituições governamentais e empresas; trocas de experiência entre o Comité de Coordenação com outros países implementadores (**actividade principal I - Capacitar a Sociedade Civil e outros intervenientes na leitura e interpretação de informação dos Relatórios ITIE**); organização de seminários de lançamento dos resultados dos relatórios ITIE (**actividade principal II - Melhorar o conhecimento sobre o processo ITIE aos diversos intervenientes**); melhoramento/redesenho e actualização do Website; produção de materiais promocionais (brindes, canetas, camisetas, panfletos, chaveiros...) (**actividade principal III - Produzir programas e material de divulgação para aumentar a consciência sobre a ITIE**).

3.2.1. Treinamento de 20 formadores para replicar a ITIEM nas zonas mineiras e pelo País – Esta actividade orçada em USD 60.000,00 (sessenta mil dólares americanos) foi realizada em duas fases, a primeira das quais no ano 2013 e a segunda e última fase em Janeiro de 2014, no hotel Tivoli na cidade de Maputo, e contou com a participação de 20 formandos em representação de organizações da sociedade civil membros da plataforma para recursos naturais e

indústria extractiva das províncias de Nampula, Cabo Delgado, Tete, Zambézia, Manica, Inhambane e Maputo e igualmente de membros do Comité de Coordenação em representação do Governo, Empresas e Sociedade Civil. O objetivo principal deste treinamento era de capacitar os membros do comité de coordenação e as organizações da sociedade civil, oriundas das regiões do País ricas em recursos extractivos, sobre a ITIE e indústria extractiva com vista a elevar a sua participação e comprometimento no processo de gestão transparente dos recursos minerais e por um lado, e por outro lado, formar multiplicadores para replicar e ampliar a disseminação da ITIE por todo Moçambique. Este treinamento foi realizado com o apoio directo do GIZ. Quanto ao impacto destes treinamentos, destaca-se o melhoramento do conhecimento da ITIE por parte dos membros do comité de coordenação e das organizações da sociedade civil e das empresas. Ainda destaca-se a replicação dos treinamentos para membros da sociedade civil nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e Tete. Estas capacitações réplicas foram realizadas pela KUWUKA JDA, organização da sociedade civil membro do comité de coordenação da ITIE e da plataforma parav recursos naturais e industria extractiva. Alguns membros da sociedade civil treinados como treinadores da ITIE, contribuíram como oradores/facilitadores nos workshops réplicas de treinamento e capacitação da sociedade civil nas províncias ou seja como “resource persons”, destacando se os activistas da sociedade civil de Cabo Delgado, nomeadamente da associação Meio Ambiente e da Associação das Mulheres de Careira Jurídica, para além da SEKELEKANI de Maputo, que deu seu contributo em como elaborar estratégias de comunicação sobre ITIE, contribuindo assim para a massificação e alargamento do conhecimento sobre da ITIE. Relação que nestas capacitações, participaram membros da sociedade civil, funcionários públicos e das empresass mineiras. Adicionalmente, a KUWUKA JDA replicou treinamento para membros das organizações comunitárias de base e líderes comunitários dos distritos de Moma, Larde e Angocha na provincia de Nampula. No total a KUWUKA treinou cerca de 130 beneficiários entre membros da sociedade civil, fncionários públicos, funcionários das empresas, organizações comunitárias de base e líderes comunitários, incluindo as plataformas distritais da sociedade civil de Moma, Larde e Angoche em Nampula, a Associação de Paralegais de Cabo Delgado e líderes comunitários vindos dos distritos afectados

Figura 2 – Treinamento de Formadores (Fase I)



3.2.2. Workshops regionais com sociedade civil, académicos, instituições governamentais e empresas – A produção do relatório da ITIE pressupõe o treinamento, não somente das partes intervenientes no processo de reconciliação (empresas e agências do Governo) mas também de qualquer parte interessada (sociedade civil, medias, etc.). É parte integrante deste processo de produção daquele relatório uma sessão de treinamento sobre o preenchimento dos modelos de recolha de informação, bem como a introdução ao conceito ITIE (princípios, critérios, objetivos e requisitos). Neste contexto, em 2014 decorreu a formação para efeitos de produção do quinto relatório da ITIE no Hotel VIP, e foi dirigida pelo Administrador Independente e responsável pela produção do relatório – Intellica. A sessão de treinamento em matérias de preenchimento de modelos de recolha de informação e do tipo de impostos e documentos de suporte eram relevantes para envio ao administrador do relatório decorreu com a participação de cerca de 33 representantes de empresas mineiras e petrolíferas. Este tipo de formação é bem acolhida pelas empresas que para o efeito delegam os responsáveis pelo preenchimento dos modelos referidos com vista a capacitá-los e consequentemente contribuir para a entrega de informações organizadas, exactas e coerentes com a realidade dos factos ocorridos para o período sobre o qual são solicitados os dados ou a informação, no geral.

A KUWUKA JDA – organização da sociedade civil, membro do comité de coordenação da ITIE e da Plataforma das OSC para Recursos Naturais e Industria Extractiva, ministrou quatro workshops de treinamento e disseminação sobre a ITIE e boa governação dos recursos naturais em três províncias, nomeadamente Cabo Delgado na cidade de Pemba em Fevereiro de 2014, Nampula na cidade de Nampula e no distrito de Moma, em Setembro e Outubro de 2014

respectivamente, e Tete, na cidade de Tete em Dezembro do mesmo ano. Estes seminários visavam contribuir para a massificação e disseminação da ITIE por forma a alargar a base e conhecimento dos cidadãos de forma a participarem em debates, informados sobre transparência e prestação de contas na gestão de receitas provenientes da indústria extractiva e da coisa pública, bem como na governação participativa dos recursos naturais, com enfoque aos direitos das comunidades locais. Este workshops, foram desenvolvidos com o apoio financeiro do Banco Mundial, através de um concurso lançado para aquele propósito que foi ganho pela KUWUKA JDA, e inserem-se nos esforços que esta organização tem estado a levar a cabo desde 2011, na massificação para o alargamento da participação da sociedade civil na ITIE e na boa governação dos recursos naturais.

Beneficiaram das capacitações cerca de 130 participantes. O resultado de impacto destas formações, é que mais membros da sociedade civil tem conhecimento sobre a ITIE e governação dos recursos naturais, incluindo os direitos daa comunidades locais, o que se traduz na replicação ao nível das provincias das capacitações pelos membros das organizações capacitadas, para além da preparação das comunidades locais para conhecerem seus direitos no âmbito da gestão dos recursos naturais e extractivos. O destaque vai para o seguimento dado pelos participantes da cidade e distritos da provincia de Nampula, que tem estado a replicar as capacitações juntos as organizações comunitárias de base, lideres comunitários e comunidades locais. São exemplo disso os distritos de Moma, Larde e Angoche, através das respectivas plataformas distritais.

Figura 3 – Disseminação do 4º Relatório em Tete



Foram igualmente realizados dois seminários para a disseminação dos resultados do quarto relatório que foi publicado oficialmente no mês de Março de 2014, na cidade de Maputo. O primeiro seminário realizou-se na cidade de Lichinga, no dia 23 de Maio de 2014 província de Niassa e o segundo no dia 15 de Julho de 2014, na cidade de Tete. Estes seminários foram realizados sob o lema “Promovendo e reforçando a boa Governação através da transparência, prestação de contas, participação e exploração sustentável dos recursos minerais”, foram organizadas pelo Ministério dos Recursos Minerais e Energia através da Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva (ITIE) e contaram com o apoio do Programa GIZ (em nome do Ministério para a Cooperação Económica e Desenvolvimento do Governo Federal da Alemanha) e com a comparticipação do projecto MAGTAP, também do Ministério dos Recursos Minerais e Energia.

No seminário de Lichinga, participaram pouco acima de 80 pessoas entre membros do Governo local; das Direcções Provinciais; do Ministério dos Recursos Minerais e Energia; do Comité de coordenação da ITIE; de organizações da sociedade civil; de instituições de ensino superior; do sector privado; de empresas e associações mineiras locais; dentre outros convidados. No encontro de Tete participaram mais de 100 pessoas.

Nas sessões de perguntas e respostas os intervenientes questionaram e receberam respostas questões relacionadas com os benefícios que o Estado tem na componente social em determinadas áreas tanto a mineira assim como a área de hidrocarbonetos; a percentagem que as indústrias extrativas tem contribuído para as comunidades; os ganhos que o país teve nos últimos anos resultantes da exploração dos recursos; do âmbito da ITIE e inclusão de outros aspetos para além de pagamentos e recebimentos (cadeia de valor); para além da questão do controle da mineração artesanal ilegal, caso da província de Niassa; entre outros. Os participante foram ainda informados de que a iniciativa e os relatórios por ela produzidos são apenas instrumentos orientadores, e que existiam outros instrumentos em vigor no País que fazem o acompanhamento dos pagamentos e receitas do Estado proveniente do sector.. Eles foram unânimes em dizer que o seminário foi bastante valioso e rico a julgar pelas apresentações efectuadas.

3.2.3. Trocas de experiência do Comité de coordenação com outros países implementadores

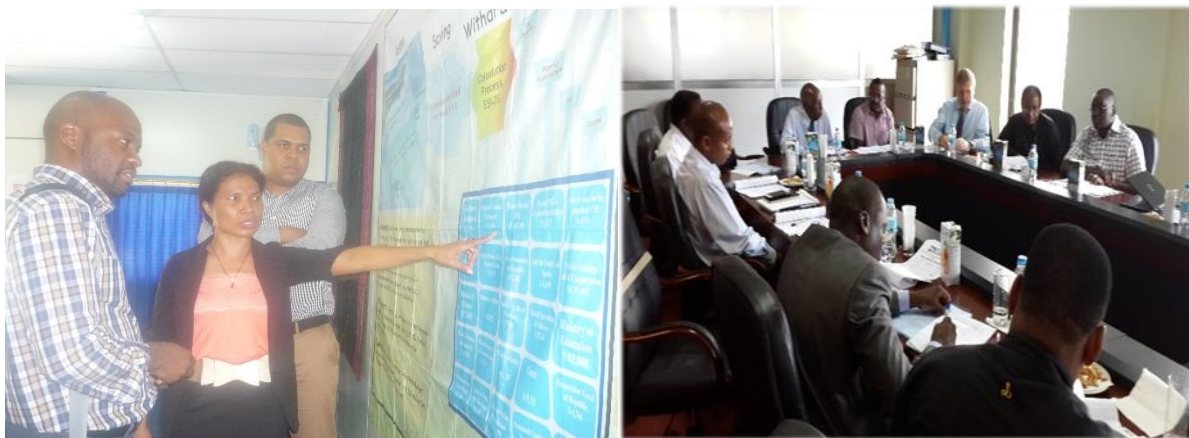
O Plano de Trabalho preconizava igualmente visitas de estudo e formação dos membros do Comité de Coordenação bem como do Secretariado, em países implementadores da ITIE com o objectivo de colher/trocar experiências sobre a coordenação e gestão das actividades e processos

necessários para o sucesso na implementação da ITIE. Assim, alguns membros do Comité de Coordenação e do Secretariado participaram nos meses de Julho e Agosto de 2014 em visitas de estudo à Timor Leste e Tanzânia.

No final das visitas de estudo os participantes perceberam que Moçambique se encontrava em avançado significativamente na implementação da ITIE no que se refere a: 1) publicação de contratos do sector; 2) Legislação actualizada sobre a exploração dos recursos extractivos; participação da Sociedade Civil no processo; e 4) conhecimento da iniciativa a diferentes níveis.

Também foram constatados alguns desafios para o País como: 1) O financiamento da iniciativa - Moçambique depende em 80% de fundos externos o que não acontece com os países visitados em que o Governo financia de 80% a 100% a implementação da ITIE; 2) Institucionalização da ITIE – que é o caso da Tanzânia, onde está na fase de aprovação, pelo Parlamento, da legislação que regulamenta a ITIE; 3) Défice de pessoal – O secretariado da ITIEM funciona actualmente com apenas 3 técnicos, os secretariados visitados tem no seu quadro de pessoal uma média de 8 técnicos; 3) Criação do Fundo soberano – que é o caso de Timor Leste, onde as receitas da exploração de Gás são canalizadas para um fundo e as decisões do uso e/ou canalização são geridas por um grupo que envolve Governo, Sociedade Civil/Comunidade; 4) O papel da Sociedade Civil – a Sociedade Civil em Timor Leste trabalha de mãos dadas com o Governo, isto é, as posições do Governo e da Sociedade Civil convergem, enquanto que a das companhias diverge em relação a da Sociedade Civil, tendo para o efeito um papel primordial na fiscalização da acção e impacto das empresas numa determinada comunidade.

Figura 4 – Visita de Estudo Timor Leste e Tânzania)



3.2.4. Organização de seminários de lançamento dos resultados dos relatórios ITIE – No dia 14 do mês de Abril foi lançado e apresentado publicamente o quarto relatório da ITIE de Moçambique, num evento que contou a presença e liderança de Sexa. Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias. Participaram mais de 100 pessoas entre representantes do Governo, do Comité de coordenação da ITIE; de organizações da sociedade civil; de instituições de ensino superior; do sector privado, dentre outros convidados. Para além da apresentação pública e discussão dos resultados do quarto relatório falou-se e discutiu-se a implementação da iniciativa em Moçambique até a data, sobre os ganhos e avanços advindos desta bem como dos desafios inerentes à introdução da mesma no País.

Figura 5 – Seminário de Lançamento do 4º Relatório em Maputo



3.2.5 Melhoramento/redesenho e actualização do Website - como forma de dar resposta aos apelos dos usuários que visitam a página de internet a procura de informação sobre os relatórios e a implementação da ITIE em Moçambique, a iniciativa criou uma nova página de internet mais acessível e dinâmica que tem recebido críticas bastante positivas por parte dos inúmeros visitantes e de outros países implementadores da ITIE. Conta igualmente com uma página do Facebook, onde os visitantes podem acompanhar o dia-a-dia das actividades do Secretariado, bem como aceder às imagens dos eventos realizados e participados pelo ITIE Moçambique.

3.2.6. Produção de materiais promocionais - foram igualmente produzidos durante o período em referência materiais diversos para apoio na disseminação, tais como brochuras dos relatórios ITIE nas línguas portuguesa e inglesa, cartazes em banda desenhada (nas línguas portuguesa, sena e macua), desdobráveis sobre a implementação da ITIE e ainda material de propaganda como canetas, camisetas e chaveiros.

Figura 6 – Parte do material promocional produzido



3.2.7. Constrangimentos - Os recursos financeiros para implementação deste pilar têm sido bastante limitados o que diminui o alcance dos programas de comunicação. Há, também o desafio de desenvolver capacidade de transformar a informação técnica para que seja acessível à generalidade do público. É importante empreender esforços para disponibilizar cada vez mais a informação tornando-a acessível e compreensível para as comunidades locais.

Na tabela 3 abaixo ilustra a totalidade das actividades programadas para este pilar:

Pilar 2: Capacitação, Partilha e Disseminação de Informação da ITIEM				
Objectivo 2.1 Capacitar a Sociedade Civil e outros intervenientes na leitura e interpretação de informação dos Relatórios ITIE				
2.1.a	Treinamento de 20 formadores para replicar a ITIEM nas zonas mineiras e pelo País	SEC/GIZ	Novembro de 2013 - Janeiro 2014	60.000 100% Realizado
2.1.b	Workshops regionais com sociedade civil, académicos, instituições governamentais e empresas	Kuwuka JDA	Três -Fev - Junho 2014 (Nampula, Tete e Cabo Delgado)	42.000 100% Realizado
		Formadores e SEC/GIZ	Três - Jun - Dez 2014	60.000 Não realizado
		Formadores e SEC/GIZ	Três - Jun - Dez 2015	60.000 Não realizado
2.1.c	Treinos a empresas e agências governamentais sobre a ITIE e processo de reconciliação	SEC/Reconciliador	Dezembro 2013	0 100% Realizado
			Agosto 2014	0 100% Realizado
			Agosto 2015	0 Não realizado
2.1.d	Trocas de experiência do comité de coordenação com outros países implementadores (uma por ano)	SEC	Jun - Dez 2014	21.000 100% Realizado
			Ago - Setembro 2015	21.000 Não realizado
2.1.e	Treinamento interno (Secretariado)	SEC/GIZ	Out 2013 - Dezembro 2015	12.000 50% realizado parcialmente
Objectivo 2.2 Melhorar o conhecimento sobre o processo ITIE aos diversos intervenientes (disseminação)				
2.2.a	Capacitação rádios comunitárias e públicas em assuntos sobre a indústria extractiva e ITIE	SEC	Mar - Julho de 2014	6.000 não realizado
2.2.b	Organização de quatro seminários em instituições de ensino	SEC/Formadores/GIZ	Dois - Abril - Maio 2014	5.000 Não realizado
			Dois - Maio - Junho 2015	5.000 Não realizado
2.2.c	Estabelecimento de MOU com órgãos de comunicação social para passar com frequência informação sobre a ITIE	SEC e CC	Março 2014	0 não realizado
2.2.d	Organização de teatro de bairro (roadshow) para comunidades localizadas nas zonas mineiras - Moatize, Moma, Palma e Inhassoro.	SEC/Formadores	Fev 2014 e Novembro 2014	15.000 não realizado
			Mar 2015 e Novembro 2015	15.000 Não realizado
2.2.e	Organização de seminários de lançamento dos resultados dos relatórios ITIE	SEC	Marco-Abril-2014	15.000 100% realizado
			Novembro 2014	45.000 100% realizado
			Novembro 2015	45.000 Por realizar
Objectivo 2.3. Produzir programas e material de divulgação para aumentar a consciência sobre a ITIE (suportes de comunicação)				
2.3.a	Produção de rádio novelas e inserção nas principais rádio comunitárias do País	SEC	Abril 2014 - Abril 2015	20.000 Não realizado
2.3.b	Produção de um spot televisivo sobre a ITIE e inserção nas principais TVs do País	SEC	Março-Dez 2014	20.000 Não realizado
2.3.c	Produção de brochuras resumo (informação resumida) dos relatórios ITIE	SEC	Anual 2014 (4º e 5º Relatórios) - 2015 (6º Relatório)	45.000 Por realizar
2.3.d	Melhoramento/redesenho e actualização do Website	SEC	Permanente e anual	10.000 100% realizado
2.3.e	Produção de materiais promocionais (brindes, canetas, camisetas, panfletos, chaveiros...)	SEC	Fevereiro-Março 2014	25.000 100% realizado
2.3.f	Participações em exposições internacionais	SEC/GIZ	Maio 2015	15.000 Não realizado
2.3.g	Viatura para apoio à disseminação	SEC	Março-Dezembro 2014	60.000 Por realizar
2.3.h	Impressão de material para divulgação (informes sobre a ITIE)	SEC	Out 2013 - Dezembro 2015	13.200 100% realizado
2.3.i	Deslocações e ajudas de custo do Staff em actividades de disseminação	SEC	Out 2013 - Dezembro 2015	22.800 100% realizado
Sub total 2				658.000 51%

3.3 Pilar 3: PRODUÇÃO DE RELATÓRIOS DA ITIE E PREPARAÇÃO DA REVALIDAÇÃO DO PAÍS

3.3.1 Quinto relatório ITIE - De acordo com o novo padrão da ITIE, os países implementadores da ITIE devem produzir anualmente um Relatório sobre os pagamentos e recebimentos no sector de recursos extrativos. E para o efeito, foi selecionado com base num concurso público a empresa Intellica, Moçambique para produzir o Quinto Relatório ITIE. É de realçar que este é o primeiro relatório produzido por Moçambique como base no Novo Padrão da ITIE e igualmente dentro dos prazos estabelecidos.

O quinto relatório apresenta informação de 56 empresas (do sector de gás e minas) e a discrepância total entre os pagamentos e recebimentos é de menos de 1%, ou seja de 0.2%, portanto abaixo dos limites estipulados pelo Comité de Coordenação da ITIE em Moçambique que era de 3%. Este relatório foi produzido de acordo com o novo Padrão ITIE onde inclui informação contextual do sector, o regime legal, dados de produção, dados sobre o emprego, contratos e outras exigências do Padrão da ITIE, tendo já recebido uma crítica positiva do Secretariado Internacional da ITIE e igualmente do Banco Mundial, instituição gestora do Fundo Comum.

O Comité de Coordenação da ITIE em Moçambique lançou publicamente o Relatório no dia 17 de Abril de 2015 e seguidamente outras acções de divulgação do mesmo relatório irão acontecer em todo País.

3.3.2. Outros Relatórios - Este pilar preconizava a produção e publicação do relatório da ITIE bem como do relatório de actividades relativo ao exercício de 2013. Tarefas cumpridas na íntegra, com excepção do relatório de Boa Governação, que não foi produzido não somente pela falta de disponibilidade financeira mas também pela falta de uma definição clara do que se pretendia atingir com o documento ou os termos de referência para o efeito, como ilustra a tabela 4 seguinte:

Pilar 3: Produzir de Relatórios ITIE e Preparar a Revalidação do País					
Objectivo 3.1 Produzir o 4º Relatório ITIE (exercício de 2011)					
3.1.a	Aprovação dos Termos de referencia e obtenção do no-objection	CC/Financiador	Junho 2013		100% Realizado
3.1.b	Publicação do concurso internacional	SEC	Junho 2013	2.000	
3.1.c	Seleção do reconciliador e No -objection	SEC/CC	Setembro 2013		
3.1.d	Revisão e aprovação dos templates	CC	Setembro 2013		
3.1.e	Reconciliação dos dados	Reconciliador	Set - Novembro 2013	61.000	
3.1.f	Comentários e aprovação do draft do relatório	CC	Dezembro 2013-Març 2014	0	
3.1.g	Aprovação e publicação do relatório Final	CC	Dezembro 2013-Març 2014	0	
3.1.h	Revisão e implementação das recomendações do relatório	CC/SEC	Dez 2013 - Fevereiro 2014	0	Por realizar
Objectivo 3.2 Produzir o 5º Relatório ITIE (exercício de 2012)					
3.2.a	Aprovação dos Termos de referencia e obtenção do no-objection	CC/Financiador	Março 2014	0	100% Realizado
3.2.b	Publicação do Concurso Internacional	SEC	mar/14	2.000	
3.2.c	Seleção do Reconciliador e no -objection	SEC e CC	Marc - Jun 2014	0	
3.2.d	Revisão e aprovação dos Templates	CC	Julho 2014	0	
3.2.e	Reconciliação dos dados	Reconciliador	Jul - Outubro 2014	140.000	
3.2.f	Comentários e aprovação do draft do relatório	CC	Outubro de 2014	0	
3.2.g	Aprovação do relatório Final	CC	Out - Novembro 2014	0	
3.2.h	Revisão e implementação das recomendações do relatório	CC/SEC	Nov - Janeiro 2014	0	
Objectivo 3.3 Produzir o 6º Relatório ITIE (exercício de 2013)					
3.3.a	Aprovação dos Termos de referencia e obtenção do no-objection	CC/Financiador	Março 2015	0	100% Realizado
3.3.b	Publicação do Concurso Internacional	SEC	mar/15	2.000	
3.3.c	Seleção do Reconciliador e no -objection	SEC e CC	Marc - Junho 2015	0	Por realizar
3.3.d	Revisão e aprovação dos Templates	CC	Junho 2015		
3.3.e	Reconciliação dos dados	Reconciliador	Jul - Outubro 2015	140.000	
3.3.f	Comentários e aprovação do draft do relatório	CC	Outubro de 2015	0	
3.3.g	Aprovação do relatório Final	CC	Out - Novembro 2015	0	
3.3.h	Revisão e implementação das recomendações do relatório	CC/SEC	Nov - Janeiro 2015	0	
Objectivo 3.4 Produzir Relatórios Anuais de Actividade tendo como horizonte temporal a revalidação do País em 2016		SEC	Dez 2013 - Junho 2014	0	100% Realizado
			Dez 2014 - Junho 2015	0	Por realizar
Objectivo 3.5 Produzir Relatórios sobre Boa Governação		CC/Consultor/GIZ	Agosto 2014	15.000	Não realizado
Sub Total 3				362.000	99%

CONCLUSÃO:

Apresentamos neste capítulo alguns ganhos ou lições aprendidas com a implementação da ITIE em Moçambique no ano de 2014:

- Aprovação de novos termos de referência do Comité de coordenação que melhoraram e tornaram equitativa a participação da Sociedade Civil com os outros grupos no comité de coordenação da ITIE;
- Os relatórios ITIE e acções de seguimento das recomendações dos mesmos relatórios (sumarizadas no único do documento) têm permitido melhorar a organização das entidades e mesmo a interacção com as entidades que devem fornecer informação para a ITIE (falamos das instituições do Governo e das empresas do sector extractivo envolvidas no processo da ITIE);
- Com a adopção do novo Padrão da ITIE, em Moçambique cada vez mais cidadãos tem acesso às informações sobre o sector de recursos extractivo, um exemplo claro é a publicação dos contratos, outros tendem para a disponibilidade de informações ou práticas relevantes no sector, como são canalizadas as receitas do sector, as empresas participadas pelo Estado, as boas práticas sobre a exploração e gestão dos recursos naturais, entre outros aspectos;
- Um outro ganho resultante da implementação da ITIE por Moçambique foi a melhoria dos mecanismos de disponibilização de informação por parte do Ministério dos Recursos Minerais com a introdução do Flexi Cadastre que permite que qualquer cidadão em qualquer canto do mundo, obtenha de forma fácil informação relevante sobre as licenças ou do sector.

Todavia, no decurso da implementação da iniciativa são apontados os seguintes desafios:

- A sustentabilidade da Iniciativa no País. Os fundos disponibilizados pelo Governo e parceiros de cooperação não cobrem na totalidade as actividades programadas, tornando se necessário melhorar a abordagem de solicitação de financiamento junto aos parceiros de cooperação e outras partes interessados no processo, bem como também incrementar o cometimento do Governo em termos de sustentabilidade financeira da iniciativa que depende, até ao presente momento, em grande medida do apoio externo;
- Aumentar o número de encontros do Comité de Coordenação da ITIE. Deve se melhorar a participação dos membros nas reuniões do comité de coordenação e ainda

este colectivo, deve se reunir regularmente e quantas vezes mais, sempre que necessário;
e

- Aumento da cobertura da disseminação da ITIE e respectivos relatórios. É urgente realinhar a estratégia de disseminação e disponibilização de informação contida nos relatórios da ITIE às diferentes partes interessadas.

Pelo Comité de Coordenação

ANEXO - MATRIZ DE CONTROLO DAS RECOMENDAÇÕES DOS RELATÓRIOS DA ITIE

Nº	Recomendações	Relatório	Responsável	Ponto de Situação
1.	Actualização do Sistema de Controlo de Cobranças do Ministério das Finanças de modo a permitir que a informação obtida por parte desta instituição represente a totalidade dos pagamentos efectuados pelos projectos, de modo a que o critério de selecção das empresas com base nas confirmações do Estado não seja colocado em causa e o processo de reconciliação seja eficiente. Um dos riscos associados é a possibilidade de exclusão de projectos que possam ter efectivamente contribuído com valores significativos para as receitas do Estado, com base em dados incompletos.	5º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade Tributária)	Cumprido. Está em curso o processo de centralização do sistema de cobranças de todas as Áreas Fiscais existentes no País. É um risco a incorrer até a centralização daquele sistema ou alternativamente deverão ser enviados templates para todas as empresas do sector. (o que seria quase impossível dado o factor tempo).
2.	Informatização das fichas dos projectos da área mineira, arquivados na Direcção Nacional de Minas. Parte dos dados das empresas do sector encontram-se ainda em fichas físicas e manuscritas o que dificulta o acesso a informação.	5º Relatório	MIREME (DNM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. O Comité de Coordenação está a coordenar com a DNM.
3.	Verifica-se que os dados dos projectos inscritos no Cadastro Mineiro são por vezes incompletos ou desactualizados, o que entre outras situações pode levar a impossibilidade de acesso a determinado projecto. Recomenda-se portanto que o Cadastro Mineiro detenha toda a informação relevante sobre os projectos licenciados devidamente actualizada, inclusive o NUIT, endereço e contactos dos projectos e dos seus representantes, o que não ocorre actualmente.	5º Relatório	MIREME (DNM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e a sua actualização será acompanhada pela base de dados dos contactos fornecidos pelos consultores e a actualização da própria DNM.
4.	Actualização da base de dados da DGI de modo a que contenha os últimos dados sobre endereço e contactos dos projectos.	5º Relatório	Ministério da Economia e Finanças	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e actualizada pela equipa multi-

			(Autoridade Tributária)	sectorial MEF/MIREME.
5.	As instituições do Estado, incluindo o Cadastro Mineiro e a DGI, devem assegurar que os dados dos projectos, incluindo o nome da entidade, é uniformizado de modo a possibilitar o cruzamento de informação.	5º Relatório	MEF/MIREME (AT/DNM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. O Comité de Coordenação está a coordenar com a DNM.
6.	As entidades competentes deveriam trabalhar de forma coordenada para assegurar a divulgação de informação referente ao registo anual global de emprego e por sector de actividade, de modo a suprir o défice de informação existente no país.	5º Relatório		Em seguimento.
7.	As entidades competentes e as empresas a operar na indústria extractiva deveriam elaborar os seus mapas de reporte de dados de produção de modo a minimizar a possibilidade de ocorrência falhas que possam culminar em diferenças entre a informação confirmada pelo Estado e a informação reportada pelos projectos a operar no sector, como ocorreu na elaboração do presente relatório.	5º Relatório	MIREME (DNM)/Empresas	Cumprido. O Comité de Coordenação está a coordenar com a DPD (MIREME).
8.	Recomenda-se a institucionalização da obrigatoriedade de reporte no âmbito da ITIEM por parte dos projectos a operar na indústria extractiva.	5º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. O Comité de Coordenação sugeriu ao MIREME a inclusão da obrigatoriedade no Regulamento da nova Lei de Minas.
9.	Ajustamento dos períodos a que respeitam os relatórios da ITIEM, de modo a que o mesmo refira-se ao ano anterior ao da sua elaboração.	5º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Será reduzido o período de reporte a partir do sexto relatório.
10.	O programa usado pelo Ministério das Finanças deveria permitir recolher a informação completa e correcta, referente aos pagamentos efectuados pelas empresas, porque o sistema de controlo de cobranças	4º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade	Cumprido. Está em curso o processo de centralização do sistema de cobranças de todas Áreas Fiscais existentes no País.

	é descentralizado, pelo que se recomenda que o Ministério das Finanças implemente um programa que permita a centralização da informação relativa às cobranças efectuadas.		Tributária)	
11.	É necessária a actualização regular da base de dados do MIREM e da DGI, que deverá ser extensiva a lista de contactos das empresas e dos seus representantes.	4º Relatório	MEF/MIREME (AT/DNM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e a sua actualização será acompanhada pela base de dados dos contactos fornecidos pelos consultores e a actualização da própria DNM.
12.	O Relatório de Reconciliação devia ser relativo ao ano anterior para que se evite constrangimentos de dificuldades associadas ao difícil acesso a arquivos de exercícios passados das empresas da indústria extractiva. Essa dificuldade verificou-se em empresas com elevado número de transações ao longo do ano.	4º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Será reduzido o período de reporte a partir do sexto relatório.
13.	A Autoridade Tributária deveria efectuar exercícios de reconciliação entre os recebimentos contabilizados pelo Estado e os pagamentos efectuados pelas empresas, por forma a identificar em tempo útil situações de irregularidade e por via desse efectuar a regularização.	4º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade Tributária)	Cumprido. O Comité de Coordenação recomendou esta prática à AT.
14.	Actualização regular da base de dados das empresas da área mineira e de hidrocarbonetos. É fulcral que o MIREM e a DGI tenham contactos e endereços das empresas e/ou seus representantes para que a fase de submissão das fichas de recolha de informação (“Reporting Templates”), seja abreviada. - Parte desta situação pode estar associada ao facto de a grande maioria de empresas estar ainda na fase de prospecção e pesquisa e não ter suporte administrativo próprio. São representadas por	3º Relatório	MEF/MIREME (AT/DNM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e a sua actualização será acompanhada pela base de dados dos contactos fornecidos pelos consultores e a actualização da própria DNM.

	consultores e advogados que nem sempre têm informação financeira necessária.			
15.	<p>A DGI deve assegurar que os pagamentos de impostos sejam sempre efectuados em nome da empresa, não permitindo que o sejam em nome de instituições do Estado (MIREM, MICOA ou outras). A par disso, deve ter em consideração, aquando da recolha de informação, que parte das empresas podem pagar impostos, nomeadamente, Imposto sobre a Superfície em Áreas Fiscais diferentes.</p> <p>- Dado que o sistema de controlo de cobrança de receitas da DGI é descentralizado e, por conseguinte, nem sempre é possível obter informação completa em tempo real, é preciso que se dote as diversas Áreas Fiscais de instrumentos que permitam identificar pagamentos de contribuintes de outras áreas.</p>	3º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade Tributária)	Cumprido. Foram instruídas as Direcções Provinciais dos Recursos Minerais. Adicionalmente está em curso o processo de centralização do sistema de cobranças de todas Áreas Fiscais existentes no País.
16.	<p>O processo de selecção não se deve cingir somente à informação centralmente fornecida pela DGI, sendo necessário que a mesma informação seja confirmada pelas diferentes áreas fiscais. Isto resulta do facto de a informação respeitante às receitas constantes da base de dados central apresentar alguma divergência da que é fornecida pelas áreas fiscais.</p> <p>- Para que este exercício possa ser realizado de modo tempestivo, é necessário que o exercício de reconciliação seja iniciado com maior antecedência já que a informação deverá ser recolhida pelas diversas áreas fiscais que, é sabido, não estão ligadas em rede ou, se o estão, não sempre fornecem informações em tempo real.</p>	3º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Considerado pelo Comité de Coordenação e em implementação pela AT.
17.	A reconciliação dos pagamentos deverá ser efectuada relativamente ao ano anterior de modo a evitar	3º Relatório	MIREME (Comité de	Cumprido. Será reduzido o período de reporte a partir do

	constrangimentos associados ao difícil acesso de arquivos de exercícios passados, que se verificam, em particular, nas empresas que têm imensos registos.		Coordenação)	sexto relatório.
18.	A medida que o número de empresas for crescendo e as receitas específicas da actividade extractiva forem aumentando, é de se considerar que o “inquérito” comece a dedicar atenção aos pagamentos que as empresas fazem como sujeitos passivos e, não como substitutos tributários.	3º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Considerado pelo Comité de Coordenação.
19.	O envio de comprovativos de pagamento e de recebimento, constituiu um método de validação de grande valia e que, em nossa opinião deve ser seguido em futuros trabalhos, uma vez que entendemos que não se pode impor ónus acrescido às empresas ao se exigir que forneçam a informação validada/certificada por auditores independentes.	3º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Comité de Coordenação decidiu exigir os suportes documentais dos pagamentos e recebimentos reportados.
20.	Actualização regular da base de dados das empresas da área mineira e de hidrocarbonetos. É fulcral que o MIREM e a DGI tenham contactos e endereços das empresas para que a fase de submissão dos “inquéritos” seja abreviada. - Parte desta situação pode estar associada ao facto de a grande maioria de empresas estar ainda na fase de prospecção e pesquisa e não ter suporte administrativo próprio. São representadas por consultores e advogados que nem sempre têm informação financeira necessária.	2º Relatório	MEF/MIREME (AT/DNM - Cadastro Mineiro)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e a sua actualização será acompanhada pela base de dados dos contactos fornecidos pelos consultores e a actualização da própria DNM.
21.	As empresas deverão enviar juntamente com os “inquéritos”, os documentos de suporte para permitir rápida verificação da informação que apresente diferenças. Estamos cientes que este exercício poderá representar encargos administrativos para as empresas mais é uma forma de validar a informação em tempo	2º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Comité de Coordenação decidiu exigir os suportes documentais dos pagamentos e recebimentos reportados.

	oportuno.			
22.	A DGI deve assegurar que os pagamentos de impostos sejam sempre efectuados em nome da empresa, não permitindo que o sejam em nome do MIREM. A par disso, deve ter em consideração, aquando da recolha de informação, que parte das empresas podem pagar impostos, nomeadamente, Imposto sobre a Superfície em Áreas Fiscais diferentes.	2º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade Tributária)	Cumprido. Foram instruídas as Direcções Provinciais dos Recursos Minerais.
23.	Ao efectuar o cadastro dos contribuintes no momento em que entregam a declaração de início de actividades a DGI deverá proceder ao correcto enquadramento estatístico de modo a que as empresas sejam registadas de acordo com a sua área de actividades.	2º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridade Tributária)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro.
24.	À medida que o número de empresas for crescendo e as receitas específicas da actividade extractiva for aumentando, é de considerar que o “inquérito” não considere os impostos e taxas que não incidam directamente sobre a empresa, nomeadamente, o IRPS e o IRPC – retenção na fonte, porque, nestes casos, a empresa age na qualidade de substituta tributária. A par disso e, com relação à questão de contas auditadas, julgamos pertinente analisar-se mecanismos alternativos que sejam dispendiosos e não imponham ónus acrescido às empresas que, recorde-se participam nos inquéritos voluntariamente.	2º Relatório	MIREME (Comité de Coordenação)	Cumprido. Anotado e o Comité de Coordenação decidiu alternativamente em exigir os suportes documentais dos pagamentos e recebimentos reportados.
25.	AVALIAÇÃO DE MINERAIS - Para garantir a transparência na avaliação de minerais é prudente que a questão da restrição ou cobertura seja tomada em consideração na íntegra.	1º Relatório	MIREME (DNM)	Cumprido. Foi revista a legislação.
26.	DETERMINAÇÃO DA QUALIDADE DE	1º Relatório	MIREME	Cumprido. Foi revista a

	MINERAIS - Dado que a avaliação de minerais é afectada pela sua qualidade o MIREM/DNM e o MF deviam assegurar a existência de mecanismos de confirmação da qualidade fornecida pelas minas. Isto pode ser feito através da verificação independente usando a amostragem aleatória.		(DNM)	legislação.
27.	DETERMINAÇÃO DOS CUSTOS DE OPERAÇÃO - Será necessário que o MF e o MIREM realizem estudos para estabelecer parâmetros das actividades extractivas. Isto vai ajudar as autoridades tributárias na determinação da adequação de custo e também melhorar a transparência.	1º Relatório	MEF/MIREME (AT/DPD e DNM)	Cumprido. Criada uma equipa multi-sectorial MEF/MIREME
28.	PERMISSÃO DE CAPITAIS/DEPRECIACÃO - Para assegurar a transparência, o regime de permissão de capital devia ser especificado na lei e aplicado de uma forma geral.	1º Relatório	Ministério da Economia e Finanças (Autoridad e Tributária)	Cumprido. Foi revista a legislação.
29.	COLABORAÇÃO INTERSECTORIAL - A DNM e a AT não colaboram no que diz respeito à transferência de concessões. Algumas licenças com grandes dimensões podem ser levadas à atenção da AT, mas não há uma provisão sistemática de informação à AT sobre a mudança da titularidade das concessões A AT devia receber informações pelo menos numa base trimestral sobre quaisquer mudanças na titularidade das licenças	1º Relatório	MIREME (DNM)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro e criada uma equipa multi-sectorial MEF/MIREME
30.	IMPOSTO DE GANHOS CAPITAIS - De forma a melhorar os tipos de rendimentos do sector extractivo, o imposto de ganhos capitais sobre a	1º Relatório	Ministério da Economia e Finanças	Cumprido. A AT já tributa as mais-valias.

	transferência de licenças deve ser tomada em consideração.		(Autoridad e Tributária)	
31.	<p>RECOLHA DE DADOS E PUBLICAÇÃO - A publicação anual de informação dos titulares de licenças mineiras, do pagamento do imposto sobre a produção, titularidade ou partilha de acções das companhias facilitaria o acesso à informação e permitiria transparência.</p> <p>A longo termo isso vai ajudar na mobilização de rendimentos.</p>	1º Relatório	MIREME (DNM)	Cumprido. Informação disponível no Flexi Cadastro.